

Infraero: contrato irregular

BRASÍLIA - O Tribunal de Contas da União (TCU) detectou irregularidades que totalizam R\$ 58 milhões em contratos de publicidade e compra de equipamentos de informática para a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Portuária (Infraero). A estatal tem 5 dias para explicar as irregularidades.

A auditoria do TCU foi realizada no âmbito das investigações da CPI dos Correios para apurar denúncias de corrupção em estatais. As irregularidades foram encontradas em aditivos nos contratos de publicidade e licitação de serviços. O tribunal determinou a realização de audiência com os responsáveis pelos contratos e pela realização de uma inspeção na Infraero para verificar a execução dos contratos.

Por meio de sua assessoria, a Infraero afirmou que prepara uma "defesa sólida" a respeito da auditoria. A estatal nega as irregularidades no contrato de publicidade com a agência Artplan, sobre o qual pesa a suspeição. Segundo a Infraero, a auditoria do TCU foi provocada pelo atraso da agência em apresentar documento na prestação de contas.

(Jornal do Brasil - 02/11)

Tribunal ordena a aplicação de R\$ 4 bilhões de recursos

Gerusa Marques

O Tribunal de Contas da União (TCU) responsabilizou o Ministério das Comunicações pela não utilização dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que já somam cerca de R\$ 4 bilhões. O relatório do ministro Ubiratan Aguiar, aprovado na quarta-feira em plenário, dá prazo de 180 dias para que o ministério estabeleça políticas e prioridades para a aplicação dos recursos e elabore, em conjunto com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), estudos técnicos e de viabilidade econômico-financeira para que se crie um serviço de telecomunicações, prestado em regime público, para a utilização dos recursos.

O Tribunal estabelece ainda prazo de 30 dias para a apresentação de um cronograma de execução dessas ações. "A principal causa da ausência de aplicação desses recursos até o momento foi a incapacidade do governo, principalmente do Ministério das Comunicações, em definir, de forma adequada, as políticas, diretrizes gerais e prioridades para a utilização desses recursos", diz o relatório.

O Tribunal conclui que já se passaram mais de cinco anos desde a edição da lei que institui o Fust sem que o governo tenha criado as condições necessárias para a aplicação do dinheiro, apontando como principal causa "a falta de uma atuação mais eficaz" do Ministério das Comunicações, crítica que engloba as gestões dos ministros Pimenta da Veiga e Juarez Quadros, durante o governo Fernando Henrique, e de Miro Teixeira, Eunício Oliveira e Hélio Costa, já no governo Lula.

O Fust é formado pela contribuição de 1% da receita operacional bruta das empresas de telecomunicações. "Durante cinco anos, vêm sendo retirados recursos da sociedade sem que ela tenha a contrapartida prevista em lei, que é a universalização dos serviços de telecomunicações", afirmou o TCU. O Tribunal relata que, em 2000, o Ministério das Comunicações sinalizou, na exposição de motivos da Lei do Fust, que os recursos seriam aplicados nas áreas de educação, saúde, segurança pública, regiões remotas e de fronteira e assistência a deficientes, mas não detalhou nenhuma meta.